

O PROJETO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA DE CONDORCET E A ORIGEM DA ESCOLA DUAL

Arthur Monteiro da Silva

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino (UECE), Limoeiro do Norte, Ceará, arthurm.silva@uece.br

José Eudes Baima Bezerra

Doutor em Educação, docente do Departamento de Educação do Centro de Ciências Humanas; Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino (PPGEN/UECE), eudes.baima@uece.br

Davi Garcia Bezerra

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação (UFC), davi.bezerra@prof.ce.gov.br

Francisco Souza Silva

Docente da Secretaria Estadual de Educação do Ceará, francisco.silva235@prof.ce.gov.br

RESUMO

O presente estudo traz aproximações teóricas da proposta de instrução pública elaborada por Condorcet e sua influência direta na gênese da dualidade escolar. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, metodologicamente caracterizada como um estudo bibliográfico fundamentado na perspectiva histórico-dialética. A pesquisa explora os alicerces do plano de instrução pública formulado por Condorcet, ainda que tal proposta tenha representado um salto democrático fundamental ao estabelecer a educação como um direito inerente à cidadania, a análise demonstra que sua arquitetura interna abriga tensões que favoreceram a estruturação de um sistema educacional clivado pela desigualdade. Ao legitimar disparidades individuais e sociais dentro do itinerário formativo dos indivíduos, o arranjo idealizado por Condorcet viabilizou a coexistência de percursos escolares assimétricos, o que, historicamente, sedimentou as bases de um modelo educacional dualista. Esse sistema traduz a divisão social do trabalho típica da lógica capitalista, instituindo uma fronteira nítida entre uma formação intelectual e científica ampla, reservada às elites, e uma preparação técnica e operacional, voltada às classes subalternas. Em última análise, conclui-se que essa segmentação escolar não é um evento casual, mas o reflexo das fissuras inerentes à própria organização da sociedade, de modo que revisitar suas raízes históricas é essencial para compreender os limites reais da escola na luta contra as desigualdades sociais.

Palavras-chave: Condorcet; Escola dual; Instrução pública

INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui um recorte de uma pesquisa desenvolvida na disciplina “TÓPICOS ESPECIAIS II - Origens da escola pública: questões históricas e contemporâneas”, ofertada no semestre 2025.2 no curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino (PPGEEN), realizado na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, unidade acadêmica vinculada à Universidade Estadual do Ceará (FAFIDAM/UECE). A disciplina tinha como objetivo apresentar um panorama histórico sobre a origem da escola pública e seu projeto de formação do novo homem para a modernidade (UECE, 2025).

A disciplina ancorou-se em obras clássicas e contemporâneas da história da educação e da pedagogia, permitindo um aprofundamento crítico acerca da constituição da escola moderna. A caminhada deste estudo teve início com uma imersão nas raízes da escola moderna sob a perspectiva de Lorenzo Luzuriaga e avançou para a compreensão das propostas de Wolfgang Ratke e João Amós Comênio, cujas obras foram essenciais para organizar a didática e a estrutura do ensino. Logo em seguida, o foco se voltou para a complexa relação entre educação, Estado e sociedade no calor das Revoluções Burguesas. Nesse ponto, as análises de Franco Cambi e Eliane Marta Teixeira Lopes ajudaram a desvendar como a escola pública que conhecemos hoje começou a ganhar forma. Para encerrar esse percurso, o debate se concentrou no legado de Condorcet, revisitado pelas reflexões de Carlota Boto e pela leitura de suas “Cinco Memórias sobre a Instrução Pública”, o que reafirmou a defesa de um ensino estatal, laico e acessível a todos como o grande pilar do projeto civilizatório da modernidade.

Fundamentado na literatura sugerida, o processo de surgimento da escola moderna está atrelado aos processos de transformações sociais, políticas e econômicas que caracterizam a nova sociedade moderna vigente. Com o surgimento do novo modelo de sociedade, que surge após a Revolução Francesa, a educação assume destaque para a formação do novo homem, sendo esta fundamental para a constituição do cidadão, para o fortalecimento do Estado e difusão dos ideais liberais defendidos na revolução.

Nesse contexto, diversos pensadores atuam na defesa da concepção de um sistema de instrução pública que fomente o acesso ao conhecimento para todos, a partir de uma escola pública, possibilitando a participação ampla na vida social.



Dentre estes defensores da instrução pública, destaca-se Marquês de Condorcet, que sistematizou uma proposta de organização da instrução pública, baseada na laicidade, gratuita, sendo oferecida pelo Estado e universal, rompendo com o modelo até então vigente, caracterizado por uma educação privilegiada, onde poucos tinham acesso, e fortemente vinculada à Igreja. Para Condorcet a efetivação da igualdade de direitos e pleno exercício da cidadania dependia diretamente do acesso ao conhecimento, sendo isto, condição para o desenvolvimento do novo homem que nascia na modernidade.

Contudo, mesmo que esse projeto tenha sido guiado por um forte ideal progressista, um olhar atento à história revela contradições profundas em sua base educativa. Ao admitir que as condições sociais e as aptidões individuais dos sujeitos eram desiguais, o modelo desenhado por Condorcet acabou aceitando a existência de caminhos escolares distintos, o que abriu caminho para um sistema marcado por privilégios e exclusões. Dessa forma, organizar o ensino em diferentes níveis e permitir trajetórias separadas ajudou a consolidar a estrutura de uma escola dualista. Essa divisão reflete como o sistema educacional começou a se moldar para atender a diferentes papéis na sociedade, transformando o que deveria ser um direito universal em percursos profundamente desiguais.

Diante dessa problemática, este trabalho busca compreender como o pensamento educacional de Condorcet se relaciona com a origem histórica da escola dual. O foco deste trabalho é investigar as contradições inseridas no plano de instrução pública de Condorcet e debater como esses pontos ajudaram a consolidar o modelo de escola dualista. Essa análise busca mostrar como tal estrutura educacional se conecta diretamente à divisão social do trabalho dentro da sociedade capitalista. Ao examinar essas tensões, torna-se possível compreender como o sistema de ensino acabou reproduzindo as separações de classe, transformando a organização pedagógica em um reflexo das necessidades de produção e das desigualdades sociais da época.

Tendo em vista o fenômeno estudado, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa que “[...] busca explicar fenômenos de forma subjetiva, abstrata, interpretativa e singular, considerando as relações, crenças e valores humanos” (FERREIRA, 2024, p. 24–25), possibilitando análises e compreensões mais interpretativas acerca do objeto estudado. A metodologia utilizada é de caráter bibliográfico fundamentada na perspectiva histórico-dialética. Conforme Gil (2002, p. 44), afirma que “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, composto principalmente por livros e artigos científicos”. Nesse contexto, analisou-se a obra de Condorcet e contribuições de autores que discutem a relação entre educação e sociedade, como Boto, Frigotto e Saviani.

DESENVOLVIMENTO

A estruturação de um projeto de escola dualista não surgiu de forma aleatória, mas está profundamente vinculada às contradições presentes na própria origem da escola moderna. Convém, então, lembrar que o processo remonta ao projeto educacional formulado no contexto da Revolução Francesa, período marcado pela defesa de ideais como a educação para todos, a criação de uma escola pública e a formação da cidadania orientada pela razão. Nesse cenário, a educação passa a ser concebida como um instrumento essencial para a construção de uma nova ordem social, fundamentada em princípios racionais e no fortalecimento do Estado.

Diante dessa perspectiva de análise educacional, é importante compreender que a construção da escola pública não representa um projeto neutro ou meramente pedagógico. Ao contrário, trata-se de uma instituição inserida em um amplo movimento de reorganização social, política e econômica, cuja finalidade era formar sujeitos capazes de se integrar ao novo modelo de sociedade que emergia. Com a consolidação do Estado moderno e a ascensão da burguesia ao poder, a escola pública passa a desempenhar funções estratégicas, como disciplinar a população, formar trabalhadores aptos às demandas do sistema produtivo e difundir valores como mérito, esforço individual e responsabilidade pessoal, todos alinhados à lógica da sociedade capitalista em formação.

Nesse contexto, destaca-se o pensamento de Marquês de Condorcet, considerado um dos principais representantes do ideal progressista da educação moderna. Ele elaborou uma das propostas mais sistemáticas de organização de uma escola pública, laica, gratuita e universal, fundamentada nos princípios da razão e da ciência. Tal projeto buscava garantir o acesso à instrução como um direito de todos os cidadãos, rompendo com os privilégios educacionais que marcavam o período anterior. No entanto, uma análise crítica e histórica de sua obra revela a presença de contradições estruturais que contribuíram para a consolidação de um modelo educacional dualista, adequado às exigências da nova sociedade capitalista.

A proposta educacional de Marquês de Condorcet nasce como uma reação clara ao cenário do Antigo Regime, período em que a educação era privilégio de poucos e permanecia sob forte controle da Igreja, servindo muito mais para conservar hierarquias sociais do que para transformá-las. Diante dessa realidade excludente, Condorcet defende a instrução pública como um direito de todos, gratuita e organizada pelo Estado, compreendendo a educação não apenas como um espaço de aprendizagem, mas como um verdadeiro instrumento de

emancipação social (LOPES, 2008). Para ele, ensinar significava também formar cidadãos capazes de compreender a realidade e participar ativamente da vida política.

Lopes (2008), destaca que a instrução é considerada por Condorcet um dever da justiça dos Poderes Públicos, como destaca no “Rapport”:

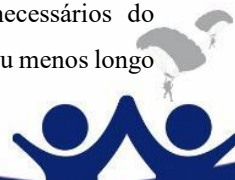
Facultar a todos os indivíduos da espécie humana os meios para proverem suas necessidades, para conseguirem seu bem-estar, assegurar a cada um este bem-estar; torná-lo cômico defensor dos seus direitos e esclarecido cumpridor dos seus deveres; garantir-lhe a facilidade de aperfeiçoar a sua indústria, de se habilitar para o desempenho de funções sociais a que tem o direito de ser chamado, de desenvolver completamente os talentos que recebeu da natureza; estabelecer entre os cidadãos uma capacidade de fato e realizar a igualdade política reconhecida pela lei – tal deve ser o primeiro objetivo duma instrução nacional, e sob este aspecto ela é para os Poderes Públicos um dever de justiça (CONDORCET, 1943)

Mesmo após a proclamação da igualdade na Revolução Francesa, Condorcet percebe que declarar direitos não era suficiente para garanti-los na prática. Sem acesso ao conhecimento, a igualdade permaneceria apenas no papel. O saber, portanto, torna-se elemento central para que os indivíduos possam exercer plenamente sua cidadania e transformar a igualdade formal em igualdade concreta. É nesse sentido que ele afirma: “as leis pronunciam a igualdade de direitos; só as instituições de instrução podem tornar essa igualdade real” (CONDORCET, 2008). Assim, a escola moderna passa a ser compreendida como o espaço onde a promessa jurídica de igualdade encontra condições reais de se efetivar na vida social.

Ao defender a instrução como um direito universal, Marquês de Condorcet atribui à escola um papel que vai além do simples ensino de conteúdo. Para ele, a educação deveria formar cidadãos preparados para viver em sociedade, capazes de compreender as leis, exercer seus direitos e participar ativamente da vida pública. Nesse sentido, a escola se torna um elemento fundamental para a construção da cidadania moderna. No entanto, essa proposta surge em uma sociedade profundamente desigual, na qual nem todos possuem as mesmas condições de acesso e permanência na educação. Assim, embora o projeto seja progressista em seus princípios, sua concretização encontra limites nas próprias desigualdades sociais existentes.

Para Condorcet, instrução universal significa a extensão da instrução a todos. Ele explica:

Assim, a instrução deve ser universal, isto é, estender-se a todos os cidadãos. Deve ser repartida com toda a igualdade que permitam os limites necessários do orçamento, a distribuição dos homens pelo território e o tempo mais ou menos longo que as crianças puderem consagrar-lhe (CONDORCET, 2008).



Na obra *Cinco Memórias sobre a Instrução Pública*, Condorcet propõe a criação de um sistema educacional organizado em níveis, pensado para garantir a todos os cidadãos o acesso aos conhecimentos necessários para a vida social, para o trabalho e para a participação política. Ele também defende que a instrução não deveria se restringir à infância, mas continuar ao longo da vida, permitindo que os indivíduos continuem aprendendo e se desenvolvendo. Como afirma o autor, “não basta que a instrução forme homens; é preciso que ela conserve e aperfeiçoe aqueles que formou” (CONDORCET, 2008). Essa ideia revela sua preocupação com uma educação contínua, capaz de acompanhar o indivíduo em diferentes momentos de sua trajetória. A organização do ensino segue a seguinte proposta: o ensino primário, as escolas secundárias, os institutos e os liceus. Acima deles, a Sociedade Nacional das Ciências e das Artes.

Nas escolas primárias ensina-se o que a cada indivíduo é necessário para se guiar por si mesmo e gozar a plenitude dos seus direitos.

As escolas secundárias são destinadas às crianças cujas famílias podem prescindir de mais largo tempo do seu trabalho e consagrar à sua educação um maior número de anos e alguns rendimentos.

O terceiro grau da instrução abarca os elementos de todos os conhecimentos humanos... Encerra o necessário para o homem se poder habilitar ao desempenho das funções públicas que exigem mais conhecimentos, e de se consagrar com êxito a estudos mais profundos (CONDORCET, 2008).

Condorcet propõe a completa gratuidade nos quatro graus de ensino:

Nestes quatro graus de instrução, o ensino será totalmente gratuito. O ato constitucional assim o determina para o primeiro grau; e o segundo, que pode considerar-se também como geral, não podia deixar de ser gratuito (...)

Quanto aos outros graus, importa à prosperidade pública dar às crianças da classe pobre, que são as mais numerosas, a possibilidade de desenvolver as suas faculdades.

[...]... (a gratuidade) é um meio não só de assegurar à Pátria mais cidadãos em estado de a servir e à ciência, mais homens capazes de contribuir para o seu progresso, mas ainda de diminuir essa desigualdade que nasce da diferença das fortunas e fundir entre si as classes que esta diferença tende a separar.

A ordem da natureza não estabeleceu na sociedade outra desigualdade, além de que é fundada na instrução e na riqueza; e alargando a instrução atenuaremos ao mesmo tempo os efeitos destas duas causas da distinção (CONDORCET, 2008).

Seu projeto representa uma ruptura significativa com o modelo anterior, no qual a educação era privilégio das elites e determinada pela origem social. Ao defender a instrução pública e universal, Condorcet contribui para ampliar o acesso ao conhecimento e fortalecer a formação do cidadão moderno. No entanto, ao organizar o sistema educacional em diferentes níveis, seu próprio modelo permite que nem todos avancem da mesma forma. Na prática, isso significa que, embora todos possam acessar a educação, nem todos conseguem alcançar os níveis mais elevados, mantendo, assim, as desigualdades educacionais. Como destaca Lopes (2008) os graus de ensino validam a real dificuldade de ascensão escolar, legitimando um sistema de pirâmide, realçando a relação direta com as classes sociais.

Vale mencionar, também, a defesa de uma educação laica, pois Condorcet afirma que “as opiniões religiosas não podem fazer parte da instrução comum, já que nenhuma autoridade tem o direito de preferir uma à outra” (CONDORCET, 2008). Para ele, a religião pertence ao campo da consciência individual e não deve ser imposta pelo Estado. Inspirado pelos ideais iluministas, ele defende uma escola baseada na razão e na ciência, capaz de desenvolver a autonomia intelectual dos indivíduos. Dessa forma, a escola passa a ser vista como um espaço de formação crítica, voltado para o conhecimento científico e para a construção de uma nova organização social. As escolas deveriam largar toda a prática religiosa e, nesse sentido, a laicidade deveria ser assim entendida:

Será pois rigorosamente necessário separar da moral os princípios de toda religião particular e não admitir na instrução pública o ensino de nenhum culto religioso.

Cada um deles deve ser ensinado nos templos por seus próprios ministros (CONDORCET, 2008).

Apesar de defender o acesso universal à educação, Condorcet reconhece que as desigualdades sociais influenciam diretamente o percurso educacional dos indivíduos. Ao afirmar que “as crianças, conforme a riqueza de seus pais e as circunstâncias de suas famílias, podem dedicar mais ou menos tempo à sua instrução” (CONDORCET, 2008), ele evidencia que as condições materiais interferem nas oportunidades educacionais. Além disso, ao afirmar que “nem todos os indivíduos nascem com faculdades iguais” (CONDORCET, 2008), ele introduz a ideia de que as diferenças individuais também influenciam os resultados escolares. Dessa forma, fatores sociais e individuais acabam contribuindo para a manutenção das desigualdades dentro do próprio sistema educacional.

Por fim, Condorcet afirma que é dever da sociedade “oferecer a todos os indivíduos

os meios de adquirir os conhecimentos que possam obter com a força de sua inteligência e com o tempo que puderem empregar para se instruir” (CONDORCET, 2008). Essa afirmação demonstra que, embora ele defenda o acesso à educação para todos, o avanço dentro do sistema educacional depende das condições de cada indivíduo. Assim, seu projeto amplia o acesso à instrução, mas também revela as contradições e os limites da escola pública em uma sociedade marcada por desigualdades.

Conforme Lopes (2008), o projeto educacional proposto por Condorcet revelam a todo momento uma contradição, marcando uma dualidade, na medida em que atende, simultaneamente, aos interesses da burguesia para o seu estabelecimento na nova sociedade e às reivindicações das camadas populares como um instrumento de superação de sua condição. A organização de um sistema de instrução pública atendia às necessidades da burguesia, consolidando-a naquele período, através da formação de indivíduos para o exercício de funções para atender a nova ordem social e fortalecimento do Estado. Por outro lado esse mesmo projeto ao defender a ampliação do acesso à educação como direito, incorporava demandas históricas do Terceiro Estado, expressas nos *Cahiers des Doléances* e nas lutas dos sans-culottes e camponeses.

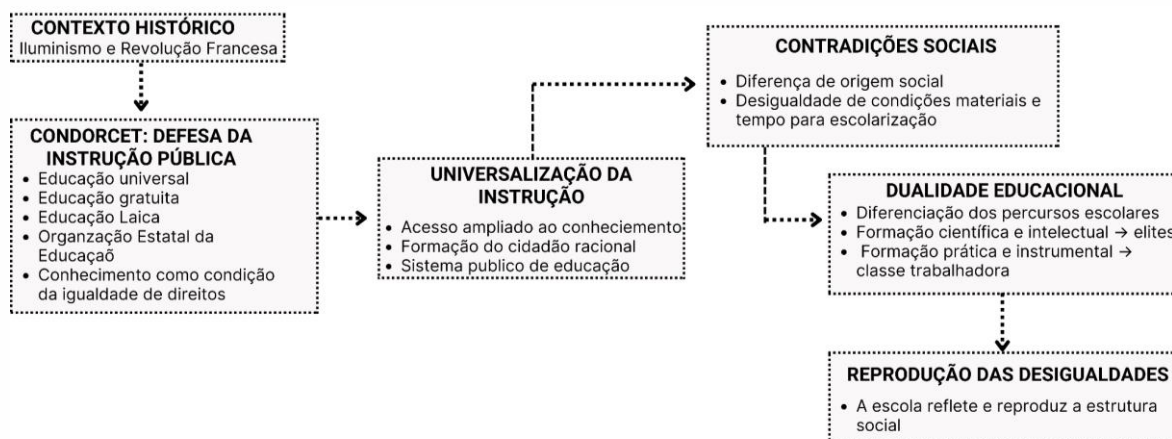
Segundo a análise de Carlota Boto, a proposta de instrução elaborada por Marquês de Condorcet tinha como principal objetivo reduzir as desigualdades existentes entre os indivíduos, especialmente aquelas relacionadas às diferenças de talentos, aptidões e capacidades (BOTO, 2003). Havia, em seu pensamento, a crença de que a educação poderia equilibrar essas diferenças, oferecendo a todos a oportunidade de desenvolver suas potencialidades. No entanto, quando analisada a partir de uma perspectiva histórico-dialética, percebe-se que essa proposta apresenta limites, pois não considera plenamente que muitas dessas desigualdades não são naturais, mas resultam das próprias condições sociais e materiais em que os indivíduos estão inseridos.

É nesse ponto que se torna possível compreender como o pensamento de Condorcet se relaciona com a origem histórica da escola dual. Embora defendesse o acesso universal à educação, ele reconhecia que os indivíduos possuíam capacidades diferentes, que nem todos poderiam dedicar o mesmo tempo aos estudos e que, por isso, os percursos escolares poderiam ser distintos. Esses elementos, ainda que não tivessem como objetivo produzir desigualdades, acabaram abrindo espaço para a consolidação de um modelo educacional desigual. Ao longo do tempo, essa lógica contribuiu para a formação de dois tipos de escola: uma voltada para as elites, com uma formação mais ampla, teórica e científica, e outra destinada à classe trabalhadora, com uma formação mais prática, limitada e voltada ao trabalho manual. Essa

divisão não ocorre por acaso, mas reflete a própria estrutura da sociedade capitalista, marcada pela separação entre aqueles que dirigem e aqueles que executam.

A organização conceitual da proposta de instrução pública organizada por Condorcet e sua relação com a origem da escola dual pode ser observada no esquema apresentado a seguir:

Diagrama 1 – Projeto de instrução pública de Condorcet e sua relação com a formação histórica da escola dual.



Fonte: Elaboração pelo autor, com base em Condorcet (2008).

Como destaca Gaudêncio Frigotto (2001), a dualidade educacional é uma expressão direta da divisão social do trabalho e da forma como a sociedade capitalista se organiza. Isso significa que a escola dual não surge como uma falha isolada ou como uma distorção do projeto de instrução pública, mas como um resultado histórico das contradições presentes na própria sociedade. A escola, inserida nesse contexto, passa a refletir e, muitas vezes, a reproduzir as desigualdades já existentes.

Dessa forma, ao analisar o pensamento de Condorcet e o desenvolvimento histórico da educação, percebe-se que a dualidade educacional não é um acidente, mas uma consequência das condições sociais em que a escola foi construída. Como afirma Dermeval Saviani (2007), a educação não pode ser compreendida de forma isolada, pois está diretamente ligada à sociedade em que se desenvolve. Embora tenha sido criada sob o ideal de igualdade, a escola se consolida em um contexto marcado por profundas desigualdades, o que limita seu potencial transformador.

Assim, superar essa dualidade depende de mudanças na escola, bem como exige transformações mais amplas na própria sociedade, haja vista que não basta alterar currículos, métodos de ensino ou acesso à educação. É necessário também intervir sobre a sociedade como um todo. Enquanto persistirem desigualdades sociais profundas, a educação continuará

refletindo essas diferenças. Portanto, percebe-se que a educação está profundamente ligada à estrutura social. A escola sozinha não consegue eliminar desigualdades estruturais e, para que cumpra seu papel emancipador, é necessário transformar também a sociedade que a cerca.

CONCLUSÕES

Em função dos fatos pontuados, conclui-se que a análise do pensamento de Condorcet revela que seu projeto de instrução pública, embora revolucionário ao estabelecer a educação como um dever de Estado e um direito universal, trazia em seu cerne a contradição fundamental da modernidade burguesa. Nesse sentido, ao mesmo tempo que buscava a emancipação do cidadão pela razão, o modelo aceitava a desigualdade de condições e de talentos como dados naturais, justificando itinerários formativos distintos. Sob esse viés, essa concessão teórica foi o terreno fértil para que a escola deixasse de ser um mecanismo de igualação real para se tornar o embrião da escola dual, onde o destino educativo é selado pela origem socioeconômica do indivíduo.

Nesse contexto, a organização do ensino em graus, proposta por Condorcet, acabou por institucionalizar uma pirâmide educacional que espelha a divisão social do trabalho no capitalismo. A separação entre uma formação intelectual aprofundada nos liceus e uma instrução rudimentar ou técnica nas escolas primárias não foi um erro de percurso, mas uma funcionalidade do sistema. À luz desse entendimento, a análise baseada no materialismo histórico-dialético demonstra que essa dualidade serve para reproduzir a clivagem entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, mantendo as estruturas de poder sob o manto da meritocracia.

Sob essa ótica, nota-se que a laicidade, a gratuidade e a universalidade são conquistas democráticas imprescindíveis, mas insuficientes se não forem acompanhadas de uma crítica profunda às bases materiais da sociedade. A escola pública moderna, tal como configurada historicamente, opera em uma tensão constante entre a promessa de igualdade formal e a realidade da exclusão social. Nesse raciocínio, o estudo demonstra que a escola para todos de Condorcet, ao não enfrentar as raízes da desigualdade econômica, permitiu que o sistema de ensino se transformasse em um instrumento de seleção e legitimação das disparidades sociais.

Por fim, revisitar a gênese da escola dual através de Condorcet é um exercício essencial para compreender os limites da educação no cenário contemporâneo. Fica evidente que a superação do modelo dualista e a construção de uma escola unitária exigem mais do que reformas pedagógicas isoladas, demandando a transformação das relações sociais de

produção. Nesse sentido, elenca-se que somente ao romper com a lógica que subordina a formação humana às necessidades do mercado será possível converter a instrução pública em um autêntico instrumento de liberdade e justiça social, superando a herança de percursos assimétricos que ainda marca a educação brasileira.

REFERÊNCIAS

BOTO, Carlota. Na revolução francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet. Educação e Sociedade, vol.24, n.84, p.735-762, set.003. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 jan. 2026.

CONDORCET, Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat. *Cinco memórias sobre a instrução pública*. Tradução de Maria das Graças de Souza. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CONDORCET, J. A. N. C. Instrução pública e organização do ensino. Porto: Livraria Educação Nacional, 1943.

FERREIRA, Heraldo Simões. Desmitificando a metodologia da pesquisa. 1. ed. Fortaleza: INESP, 2024. v. 1, 144 p. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/publicacoes-inesp/todas-as-publicacoes-das-edicoes-inesp/desmitificando-a-metodologia-da-pesquisa-heraldo-simoes-ferreira-edicoes-inesp-alece>. Acesso em: 11 ago. 2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. As Origens da Educação Pública: a instrução na revolução burguesa do Século XVIII. Belo Horizonte: Argumentum, 2008

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Programa de Trabalho das Disciplinas de Aprofundamentos: TÓPICOS ESPECIAIS II - Origens da escola pública: questões históricas e contemporâneas. Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino – PPGEEN. Limoeiro do Norte, 2025.